

Políticas públicas e os arranjos produtivos locais: Direção para a competitividade e desenvolvimento econômico regional

Lindomar Subtil de Oliveira (PPGEP-UFRGS)

Leila Cristina Huppel (PPGDR-UTFPR)

Marcelo Nogueira Cortimiglia (PPGEP-UFRGS)

Márcia Elisa Soares Echeveste (PPGEP-UFRGS)

Resumo

Os aglomerados industriais, caracterizados pela formação de APL (Arranjos Produtivos Locais), têm apresentado significativo crescimento nas últimas décadas, especialmente no Brasil. A configuração desses APL se mostra uma alternativa de ação mercadológica e competitividade para muitas empresas, principalmente para as médias e pequenas empresas (MPE). Os APL diferenciam-se pelo aspecto de parceria, união e cooperação entre as empresas constituintes. Trata-se de uma maneira das organizações compartilharem conhecimentos, recursos, experiências e agregarem forças em prol do alcance de objetivos comuns. Além disso, se revestem de vital importância a participação e envolvimento dos Governos locais, por meio de políticas públicas e incentivos que visam fomentar o desenvolvimento econômico das regiões. Diante desse cenário, a região Sudoeste do Paraná se destaca por ser uma área geográfica promissora e competitiva no âmbito paranaense e nacional. Ao todo a região possui quatro APL (Tecnologia da Informação, Metal-Mecânica, Móveis e Confecções), congrega um relevante número de empresas e gera um elevado número de empregos. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar uma abordagem teórica sobre o assunto, bem como sobre políticas públicas, enfatizando a formação dos APL e sua importância para o desenvolvimento econômico regional. Adicionalmente, é contextualizado o panorama dos APL paranaenses, com destaque para a Região Sudoeste.

Palavras Chave: Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento Regional, Políticas públicas.

1 Introdução

O cenário econômico atual é caracterizado por um ambiente de negócios de acirrada concorrência e competitividade. Uma das formas de se elevar a competitividade na economia global é por meio da formação de Arranjos Produtivos Locais (APL), nos quais se evidencia a concentração de um conjunto de organizações especializadas em determinados produtos e serviços. Os APL se tornaram um caminho em direção à sobrevivência empresarial, principalmente para as pequenas empresas, haja vista que sozinhas enfrentariam maiores obstáculos em competir. Nesse sentido, por meio da união de forças, troca de experiências e ações coletivas as empresas conseguem atingir mercados mais distantes, elevando os patamares de qualidade e inovação dos seus produtos e serviços.

É nítido o crescimento das pesquisas relacionadas ao tema de desenvolvimento regional e APL, principalmente estudos que abordam vantagens competitivas geradas pela aglomeração espacial e regional de empresas. Contudo, observa-se que ainda existem desafios na consolidação de políticas públicas governamentais que visem direcionar esforços para impulsionar o crescimento regional através do fomento, incentivo, integração e regulamentação dos APL.

Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar um referencial teórico sobre Aglomerados Industriais, enfatizando sua importância para o Desenvolvimento Econômico das Regiões, em particular da Região Sudoeste do Paraná. Nesta região, quatro APL são responsáveis por agregar diversos segmentos de empresas e gerar milhares de empregos diretos e indiretos. O estudo fundamentou-se, basicamente, em pesquisa bibliográfica, na qual foram pesquisados autores e referenciais que tratam sobre o assunto. Ademais, apresenta-se também um breve panorama da região e a constituição dos seus APL a partir de um levantamento de fontes secundárias.

2. Sistemas produtivos locais (SPL)

Para conceituar melhor os APL, é necessário compreender o contexto de globalização, localização e territorialidade.

Segundo Moraes (2008) existem duas abordagens para a reestruturação produtiva mundial. Estas se referem às ideias de globalização e das visões locais, sendo que o efeito do capitalismo global sobre as dinâmicas locais de

desenvolvimento podem ser mediadas pelas suas estruturas internas de regulação e governança. Tais instrumentos são representados pelos Sistemas Produtivos Locais (SPL).

Na concepção de Moraes (2008), o debate em torno dos caminhos da reestruturação produtiva capitalista e das mudanças no modo de regulação capitalista, desde o início da década de 70, intensificou-se os estudos através das abordagens “locais” e mais recentemente, “territoriais” do desenvolvimento. Assim, diversos estudos e autores passaram a dar mais ênfase aos fatores relacionados à ação dos agentes sociais locais e ao papel das instituições e dimensão territorial nos processos de desenvolvimento.

Ainda de acordo com este autor, no momento se está vivenciando a transição entre o modelo fordista e um novo modelo de acumulação que implica em mudanças geográficas e territoriais dos espaços e modelos de produção, bem como das relações de trabalho. Para Moraes (2008), o território resulta da relação da sociedade com o espaço, quando se incorporam suas relações econômicas e de produção. A formação e reprodução dos SPL são determinados pela infra-estrutura econômica, pela regulação, governança e pela disputa socioeconômica, política e de poder, pois os SPL representam os aspectos relacionados à produção, distribuição, consumo e ao desenvolvimento territorial (MORAES, 2008).

O crescimento e fortalecimento das aglomerações produtivas foram impulsionados pelo desenvolvimento regional sustentado por políticas públicas, a partir do final dos anos 90. No Brasil, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), demonstra claramente esta relação. No Estado do Paraná, a partir de 2003 foram articuladas ações para a superação das desigualdades regionais, com políticas de descentralização do desenvolvimento econômico e social paranaense (SILVA *et al.*, 2009). Assim, buscou-se a promoção dos APL como uma alternativa para o fortalecimento das regiões paranaenses.

Na aceção de Moraes (2008), os SPL caracterizam-se pela configuração de empresas agrupadas num espaço de proximidade em torno de uma única especialidade, ou mesmo de várias, sendo que uma predominante não exclui a possibilidade de existência de outros segmentos industriais. Denota-se, nesse sentido, que o distrito industrial é apenas um tipo de SPL.

Corroborando com esse pensamento, Becattini (1994) explica que a caracterização dos SPL é o sistema de valores e de pensamento homogêneo, encontrado nas relações familiares, nas formas de trabalho e nas possibilidades de realizar mudanças. Esses argumentos significam condições para a ampliação e reprodução do distrito, com abertura para evolução empresarial e inovações tecnológicas.

Os distritos industriais propiciam oportunidades, condições de trabalho, de relações e atrativos adicionais. Os fatores de relações empresariais e confiança em função da proximidade tornaram-se essenciais para o desenvolvimento local dos territórios onde existem os SPL (BECATTINI, 1994).

Outro conceito de SPL, abordado no trabalho de Moraes (2008), se refere à concentração de quaisquer atividades no espaço, não implicando o tamanho da empresa, nem a natureza da atividade desenvolvida. Esse autor expõe que um sistema produtivo local é um ambiente de produção caracterizado por condições industriais similares, por representações coletivas e por condições sócio-econômicas e territoriais relacionadas com as formas de reprodução social.

Há de se notar, ainda, uma distinção entre os SPL e os APL. Na visão de Moraes (2008), citando outros autores, APL (também referido na literatura como *cluster*) designa qualquer aglomeração de empresas em torno de uma atividade comum, produzindo externalidades ou vantagens passivas. No que concerne aos SPL, exige uma cooperação ativa e recíproca entre as empresas – em outras palavras, capital social. Significa dizer que confiança e fidelidade estando presentes no sistema, as relações informais entre as empresas crescem, levando-as a operarem como se fosse uma unidade econômica descentralizada.

2.1 Abordagem contextual, definições e importância econômica dos APL

Empresas que estão localizadas numa mesma região e se relacionam buscando sustentabilidade e apoios levam vantagens sobre os seus concorrentes, pois as aglomerações geográficas são caminhos para o maior crescimento econômico e competitivo. A partir da década de 90 tem sido amplamente estudado como promover a formação de *clusters*, APL e políticas de desenvolvimento regional (GUO e GUO, 2011).

Segundo Sacomano, Neto e Paulillo (2010), os aglomerados territoriais tornaram-se importantes sistemas produtivos, aptos a combater os problemas e minimizar as dificuldades concernentes à modernização e desenvolvimento de muitas regiões. Os diversos tipos de distritos industriais, *clusters*, *milieu* inovativo, arranjos ou sistemas produtivos locais, nacionais ou regionais de inovação, representam a constituição de sistemas que comprovam as economias de aglomeração e a cooperação entre empresas e instituições, proporcionando maior

competitividade. Os autores acrescentam ainda que os APL surgem como sistemas de relações intra e inter-empresas e organizações, agregando aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais.

Na concepção apresentada por Guerrieri e Pietrobelli (2004) os primeiros conceitos clássicos de externalização da economia e ideias sobre aglomeração de empresas foram publicadas por Alfred Marshall. Este pesquisador afirmava que as aglomerações possibilitam às empresas obter ganhos coletivos, devido à co-localização de pequenas empresas. Nos ambientes locais com essas características as organizações desenvolvem acordos de longo prazo e cada uma delas desempenha um papel essencial na região, de colaboração e competição. Para Marshall (1982), a localização das indústrias é propiciada pelas condições físicas, relacionados aos recursos naturais, solo, clima e matérias-primas; a disponibilidade de transportes, abundância de pessoas especializadas para trabalhar, além da tradição de fabricação e instituições políticas e sociais. Corroborando, as vantagens da divisão de trabalho e da escala de produção das grandes empresas também podem ser obtidas através da aglomeração de pequenas e médias empresas em um distrito, gerando economias internas, resultantes da divisão de produção entre elas.

Nos anos 70, conforme aborda Becattini (1994), este autor faz um resgate da teoria Marshalliana para explicar o crescimento econômico de algumas concentrações industriais italianas, onde as relações de proximidade e os efeitos derivados destas relações serviam para promover o desenvolvimento local. “Distrito industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico” (BECATTINI, 1994).

Do ponto de vista estritamente produtivo, Becattini (1994) afirma que:

“Distrito marshalliano é uma população de empresas independentes, pequenas e médias, que, idealmente, se dedicam às mesmas fases intermediárias do processo de produção, são governadas por um grupo aberto de empresários puros, através da subcontratação, e se apóiam numa miríade de unidades fornecedoras de serviços à produção, bem como de trabalhadores ao domicílio e a tempo parcial. O distrito é susceptível de certas variações na importância relativa do núcleo capitalista [...] e do invólucro socioeconômico, sem ultrapassar a forma distrito”.

Ainda de acordo com Becattini (1994), a criação de relações privilegiadas entre fornecedores e produtores num mesmo distrito, favorece a comercialização contínua e cria estruturas que individualmente seria mais difícil de permanência.

Compreende-se que a formação de clusters e aglomerados industriais tem impulsionado as organizações a cada vez mais somarem esforços e recursos para competir a nível global. Uma vez inseridas no contexto dos APL, estes traduzem a necessidade de escala para a região poder tornar-se “aberta com o mundo”. Desta forma, pequenas empresas da região podem obter uma série de benefícios de escala, tais como escala da marca regional, escala de produção, escala de tecnologia, escala de logística e da vocação em si da região para competitividade (CASAROTTO e PIRES, 2001). Ademais, a presença de produtores, fornecedores e clientes num mesmo local, possibilita o desenvolvimento de ações parceiras que visam objetivos comuns. Finalmente, essas ações tendem a aumentar a qualidade dos produtos, fortalecer os meios de distribuição, práticas de comercialização e desenvolvimento competitivo das empresas locais.

Diversos outros autores, dentre eles, Lastres e Cassiolato (2005); Amato Neto (2009), convergem para conceituar APL industriais. Uma definição apresentada pelo SEBRAE (2011) estabelece que:

“Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: Governo, Associações empresariais, Instituições de crédito, ensino e pesquisa”.

Nesse contexto, evidenciando-se a relevância e dimensão dos APL, Ramiro (2010) afirma que na Itália os micros e pequenos empresários participam próximo da metade do total das exportações do país. Em concordância, somente nesse país são 145 APL, com 212.500 empresas representando 27% do PIB e 42% dos empregos (SEBRAE, 2011).

No Brasil, por sua vez, esse mesmo segmento corresponde com apenas 2% de tudo que é vendido para o exterior. Logo, percebe-se quão incipiente é a participação dessas empresas tratando-se de exportação. Por outro lado, deve-se salientar que mais de 90% da economia brasileira é movida pelas micro e pequenas empresas.

2.2 Políticas Públicas para o desenvolvimento dos APL

As políticas públicas constituem ações governamentais, decisões práticas, diretrizes e legislações implementadas pelo Estado para resolver questões da sociedade. (MARINI e SILVA, 2010). No trabalho de Marini e Silva (2010) são referenciados outros autores, dentre os quais: Heidemann (2009) e Souza (2006), que também ressaltam a importância do envolvimento dos diversos atores e instituições que formam o ambiente de discussão da política pública; ou seja, a comunidade política não é apenas o governo e sua estrutura administrativa. Logo, o desafio é formar coalizões políticas que possibilitem formatar políticas públicas capazes de promover tanto o desenvolvimento econômico como a inclusão social de grande parte da população.

Neste contexto, os arranjos produtivos locais são forças que se apresentam formadas basicamente por micro e pequenas empresas, interessadas em sustentar a produtividade e comercialização local, por isso são possibilidades para as implantações de políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Na concepção de Suzigan (2006, p.14):

Pelo potencial que apresentam do ponto de vista de políticas de desenvolvimento local, ou mesmo regional, com elementos de políticas industriais, as aglomerações geográficas e setoriais de empresas vêm crescentemente sendo objeto de políticas públicas [...] as ações de políticas públicas visam melhorar as condições locais para o crescimento das empresas [...] sobretudo, aumento do emprego e da renda local ou regional.

Observa-se que ao longo dos últimos anos surgiram muitas iniciativas e políticas públicas que almejam apoiar as aglomerações produtivas territoriais, sustentadas por uma visão de que os APL podem fortalecer o sistema socioprodutivo local ou regional. Esta visão é adotada por diversos países, como na União Europeia, a qual considera, desde 2006, os *clusters* como uma das nove prioridades estratégicas para a inovação e a competitividade (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Conforme Marini e Silva (2010), no Brasil as políticas públicas para o desenvolvimento de APL estão na pauta governamental desde 1999, destacando-se essa temática no plano plurianual (PPA) referente ao período 2000-2003. Da mesma forma, inseriu-se em 2003 a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, assim como a institucionalização de um grupo de trabalho permanente (GTP-APL), envolvendo diversos ministérios, órgãos de apoio e demais entidades representativas, o que denota a importância atribuída aos APL pelas instâncias governamentais (MARINI e SILVA, 2010).

Diante deste cenário, o governo federal articula suas ações por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), a qual está vinculada ao Ministério da Integração Nacional, adotando uma política de descentralização que pretende reduzir as desigualdades regionais e promover os diferentes potenciais do território nacional (BRASIL, 2011).

2.3 Aprendizado global, inter-relacionamento e conhecimento como aspectos fortalecedores dos APL

A fim de fortalecer o desenvolvimento dos aglomerados industriais, é importante estabelecer um efetivo inter-relacionamento, com foco na cooperação e estabelecimento de efetivas relações de parceria entre as empresas. Nesse ponto, conhecimento e compartilhamento de práticas de sucesso entre as organizações possibilitam-nas aumentar a sua eficiência e o desempenho nos negócios. As empresas estão aprendendo com a importância da participação na inovação global, relacionamentos com fornecedores, distribuidores, sistemas financeiros e clientes. Nesse sentido, cada organização participante do *cluster* contribui de forma diferente por meio de suas especializações para o surgimento de novos produtos, serviços ou processos. (GUERRIERI e PIETROBELLI, 2004).

A formação de redes de inovações, integrando fornecedores, clientes e concorrentes, tem determinado notável importância na construção de competências e habilidades. A disseminação do conhecimento demonstra que as organizações estão partindo para formas coletivas de atuação no mercado, desde o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços.

As empresas que participam de um distrito industrial apresentam boa conexão, por outro lado, para aquelas que não fazem parte de um distrito não tem essa ligação e interconexão, e por isso enfrentam a complexidade de ficar fora do mercado global. Desta forma, o aprendizado coletivo facilita a futura integração global, além de proporcionar economia de escala para as pequenas e médias empresas. A mudança de paradigma tecnológico requer reorganização industrial. Logo, as empresas atuantes num cluster industrial deveriam buscar conhecimentos tecnológicos globais de localizações avançadas e desenvolvidas.

Incutindo outro enfoque, mais voltado para a troca de conhecimentos entre as empresas, Scheffer, Cario e Nicolau (2005), corroboram para explicar que:

“Os relacionamentos que ocorrem em determinado território a partir da proximidade de empresas e instituições possibilitam o compartilhamento de um conjunto de regras, valores e procedimentos comuns gerando interdependências que refletem sobre as condições de criação e difusão do conhecimento fomentadores do processo de capacitação tecnológica das empresas”.

No tocante especificamente ao desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná, destacam-se as incubadoras, hotéis tecnológicos, universidades e apoio dos governos locais para subsidiar o crescimento da região.

Muitos países como a China, por exemplo, tem se destacado na competitividade do mercado mundial por desenvolver essa cultura de cooperação e especialização. Segundo Guerrieri e Pietrobelli (2004), o sucesso das empresas está na evolução do conhecimento e relacionamento doméstico (local) e internacional. Em outros termos, as organizações que atuam no *cluster* industrial podem buscar conhecimento fora dele, partindo-se de uma abordagem local para uma abordagem global, e complementam que a aglomeração econômica tem sua importância conforme os *clusters* evoluem.

Compactuando com essa ideia, Guo e Guo (2011) atestam que um dos fatores de sucesso e vantagem competitiva do cluster é a transmissão e divisão do conhecimento entre fornecedores e usuários da inovação. Esse relacionamento é uma forma de buscar conhecimento fora e trazer para dentro do cluster. Os autores falam que no *cluster* as empresas estão aprofundadas nos relacionamentos sobretudo devido aos valores comuns (atmosfera industrial).

Outro aspecto fundamental, que deve ser levado em consideração com relação ao ambiente dos aglomerados industriais é a confiança mútua que deve haver entre os agentes participantes. Na visão de Scheffer, Cario e Nicolau (2005), essa confiança só pode ser alcançada com a prática, com a experiência e cooperação entre as partes, de forma a se desenvolver vantagens que beneficie a todos os envolvidos.

Outra característica importante da organização do distrito, conforme Becattini (1994) é a forma como se introduz o progresso tecnológico. Considerando-se a importância atual do capital humano e as alterações provocadas pelas transformações tecnológicas no valor deste capital, ocorre frequentemente nas grandes empresas que o processo de introdução de inovações tecnológicas é doloroso e possui fortes resistências dos assalariados, que muitas vezes não são nem consultados, nem seus interesses, exigências ou expectativas são consideradas. Em contrapartida, no distrito, este processo aparece como um avanço social que ocorre graças a uma tomada de consciência por parte do conjunto de segmentos industriais e de toda comunidade, não sendo caracterizado como doloroso ou imposto de fora, mas antes como uma oportunidade para reforçar uma posição já adquirida – necessária par um futuro melhor (BECATTINI, 1994).

2.4 O papel dos APL no Desenvolvimento Econômico Regional

Considerando-se todas as dificuldades individuais das empresas, uma solução para o desenvolvimento regional pode ser alcançado através do fortalecimento das pequenas empresas. Ademais, é uma alternativa para o Brasil buscar a superação de alguns problemas como: Desemprego, balança comercial e distribuição de renda. É fato que uma região competitiva, consolidada por uma rede de empresas, tem mais condições de aumentar as vendas, produção, gerar empregos e contribuir para reduzir as desigualdades existentes. (CASAROTTO e PIRES, 2001).

Como já abordado anteriormente, a competitividade tem impulsionado as empresas para a busca de novas alternativas, e dentre elas, a cooperação e parcerias como forma de desenvolvimento local e regional. Para Casarotto e Pires (2001, p.23) com a globalização a competitividade das pequenas empresas passou a ser questionada. A menos que a organização tenha um bom nicho de mercado para atacar, dificilmente conseguirá atingir competitividade em escala global agindo isoladamente. O autor coloca que geralmente as pequenas empresas conseguem uma maior flexibilidade em atividades produtivas. Nesse sentido, se elas reunirem vantagens focadas em tecnologia, logística, dentre outras, certamente alcançarão maiores chances de competir a nível global.

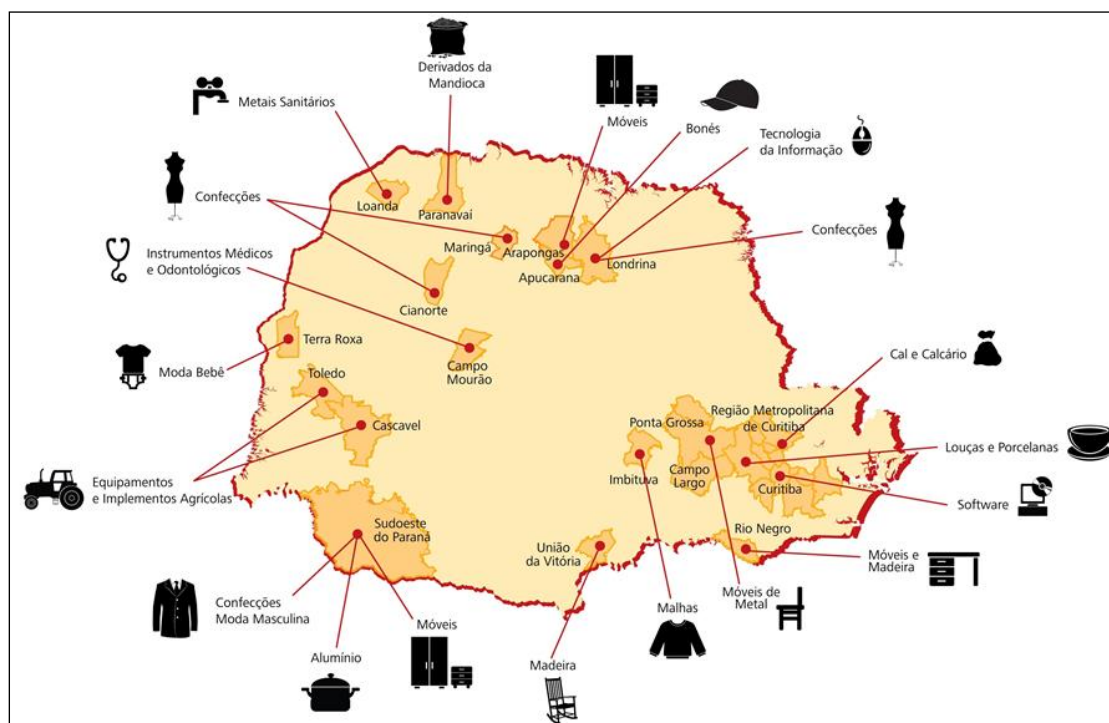
Os sistemas econômicos locais competitivos são o fruto de um planejamento regional em que se busca ter aglomerações econômicas, (também chamados de *clusters*) competitivas, com o adicional das questões sociais e comunitárias. Um aglomerado competitivo insere-se em todos os espaços da economia nos três setores. A verticalização da região (alto nível de autoconsumo) significa ocupação de todos os espaços econômicos e o conseqüente alto nível de empreendedorismo. Com isso, o autor infere a nova lógica: *empresas desverticalizadas, região verticalizada*. (CASAROTTO e PIRES, 2001, p.21).

3 Panorama dos APL da Região Sudoeste do Paraná

O desenvolvimento de um APL muitas vezes depende de uma empresa âncora. Embora na região Sudoeste do Paraná, diferentemente deste caso, observa-se que prevalecem aglomerados de pequenas empresas, e não há uma predominância de grandes empresas centrais que atraem as menores. Marshall (1982) já afirmava que a localização atrai outras empresas para atuar numa determinada região, e essa atração gera atividades e serviços para a indústria principal, oferecendo matérias-primas, insumos, máquinas, equipamentos e serviços. Ressalta-se que em paralelo a esse processo, advém a geração de empregos, fortalecimento da especialização de pequenas empresas em determinado segmento, maior produção escalar, vantagens compartilhadas e custos reduzidos devido às proximidades. Nesse mesmo viés, Casarotto e Pires (2001) afirma que as pequenas empresas de uma região podem beneficiar-se da escala da marca regional, da escala de produção, da escala de tecnologia, da escala da logística e da vocação em si da região para serem competitivas.

Embora o setor de alimentos (industrialização de carnes, aves, grãos) é o que mais se sobressai, a indústria metal-mecânica, moveleira, tecnologia da informação e de confecções tem se despontado muito nas últimas décadas na região Sudoeste, com destaque para algumas empresas de grande porte que figuram entre as maiores do seu segmento a nível nacional. Além disso, se tem observado também o crescente desenvolvimento dos APL em torno dessas empresas. De acordo com os dados disponíveis no site da FIEP (2011), atualmente no Paraná encontram-se aproximadamente 16 APL distribuídos em diversas regiões e setores, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Mapa dos APL do Estado do Paraná



Fonte:
SEBR
AE

(2011)

Quatro desses APL (incluindo-se o APL de TI, o qual não foi representado na Figura 1) estão localizados na região Sudoeste. Na Tabela 1 podem ser visualizados esses APL e o impacto gerado no número de empregos da região.

Tabela 1 – Cenário regional dos APL do Sudoeste do PR

<i>Tipo de APL</i>	<i>N. Aprox. de Empresas</i>	<i>N. Aprox. empregos gerados Diretos e Indiretos (somados)</i>
<i>Alumínio</i>	87	2.740
<i>Móveis</i>	158	1.840
<i>Software</i>	30	200
<i>Confeções</i>	750	13.700

Fonte: SEBRAE (2011)

A partir dos números apresentados na Tabela 1, é possível perceber o potencial dos segmentos industriais existentes e a consolidação dessa característica na região, bem como reforçam os alicerces para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre APL.

Ressalta-se ainda que, o presente artigo limitou-se nesse primeiro momento a construção teórica e ao destaque dos APL da região Sudoeste como importantes impulsionadores na geração de empregos e renda. Desta forma, as próximas etapas do estudo visam investigar o desenvolvimento da inovação nos APL, características empreendedoras, bem como políticas de funcionamento e integração.

Propõe-se também a realização de estudos exploratórios na literatura nacional e internacional a fim de conhecer as características competitivas e mecanismos de relacionamento, e comparar com o desenvolvimento dos APL da região Sudoeste do estado.

4 Considerações Finais

Observou-se neste artigo que a formação de aglomerados industriais ou *clusters*, tem se intensificado principalmente a partir da década de 80. No Brasil, despontou como uma alternativa às pequenas e médias empresas como uma forma de competitividade global.

A competição cada vez mais acirrada entre as empresas tem conduzido-as a buscarem diferentes meios de competir, e uma forma encontrada é a cooperação. Através da união dessas empresas elas conseguem compartilhar vários recursos, além de trocarem conhecimento e experiências e compactuarem objetivos mútuos.

Valendo-se de todas as informações levantadas a respeito de APL e com base nos autores referenciados, denota-se que os aglomerados industriais representam uma oportunidade que vem se consolidando cada vez mais, especialmente no Brasil. Esses aglomerados têm se destacado por ser uma maneira das empresas auferirem maior competitividade, através de esforços conjuntos, construção de estratégias globais e empenho para atingir objetivos comuns.

Também conforme se verificou, não basta apenas os esforços de um determinado grupo de empresas se não houver uma política governamental local ou regional que apóie e ofereça subsídios para o desenvolvimento. Cada Estado deve promover incentivos que despertem o interesse de cooperação entre as empresas. Em algumas regiões do Brasil há uma maior concentração desses aglomerados, motivados muitas vezes, ou pelo apoio estatal, ou pela própria vocação da região para uma atividade específica.

Referências

- AMATO NETO, J. 2009. Gestão de sistemas locais de produção e inovação (clusters/APLS): Um modelo de referência, São Paulo, Atlas.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano. 1994. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica, Celta editores.
- BRASIL. 2011. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional>> [Acesso em: 10 ago. 2011].
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. 2001. REDES DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo, Atlas.
- EUROPEAN COMMISSION. 2008. Towards world-class clusters in the European Union: Implementing the broad-based innovation strategy: communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- FIEP – Federação das Indústrias do Paraná. 2011. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br>. [acesso em 25/10/2011].
- GUERRIERI, P.; PIETROBELLI, C. 2004. Industrial districts' evolution and technological regimes: Italy and Taiwan. *Technovation*, v.24, n.11, p.899-914, Nov.2004. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com>>. [Acesso em 15 de jan, 2012].
- GUO, B.; GUO, J.J. 2011. Patterns of technological learning within the knowledge systems of industrial clusters in emerging economies: Evidence from China. *Technovation*. v.31, n.2-3, p.87-104, febr./march. <http://www.sciencedirect.com>>. [Acesso em 15 de jan].

- HEIDEMANN, F. G. 2009. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. da UNB.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. 2005. Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil. Rede Sist. Disponível em: www.ie.ufrj/redesist [Acessado em: 20/06/2012].
- MARINI, M.J.; SILVA, C.L. 2010. Políticas Públicas e Arranjos Produtivos Locais: Uma análise do APL de confecção Sudoeste do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.118, p.87-112.jan./jun.
- MARSHALL, A. 1982. Princípios de economia. São Paulo: Nova Cultural.
- MORAES, J.L.A. 2008. Dinâmicas Sócio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale do Rio Pardo. Porto Alegre, (Tese de Doutorado).
- RAMIRO, D. 2010. (CGIM, CENTRO GESTOR DE INOVAÇÃO MOVELEIRO). O conceito de APL difunde-se pelo país. Disponível em: <http://www.cgimoveis.com.br>. [Acesso em: 19 de janeiro de 2010].
- SACOMANO NETO, M.; PAULILLO, L.F.O. 2010. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo. SIMPOL.
- SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena empresa). 2011. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br>>. [Acesso em 30 de julho. 2011]
- SILVA, C. L. da et al. 2009. Políticas de desenvolvimento e descentralização do Paraná: um estudo sobre APL Cal e Calcário da RMC. Informe Gepec, Toledo: UNIOESTE, v.13,n.2, p.104-120, jul./dez.
- SOUZA, C. 2006. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre: UFRGS, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez.
- SUZIGAN, W. (Coord.). 2006. Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil. Brasília: IPEA/DISET. Relatório Consolidado.
- SCHEFFER, J.; CARIO, S. A. F.; NICOLAU, A. 2005. Capacitação Tecnológica de Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais: Um estudo no segmento de Materiais Plásticos. In: Encontro de Economia da Região Sul, 8, 2005, Anais...: ANPEC SUL.